



O SERVIÇO SOCIAL NAS MOBILIZAÇÕES POPULARES: CONTRIBUIÇÕES PARA O RESGATE DA CIDADANIA

Juanita Garcia de Oliveira¹
Elaine Pintos de Oliveira²

RESUMO:

Levando em consideração a atual conjuntura brasileira e o crescimento exponencial das desigualdades sociais, com ênfase no enorme déficit habitacional no país, os/as assistentes sociais necessitam no exercício cotidiano, proporcionar aos usuários dos serviços o fortalecimento da participação e mobilização popular em prol da permanência e acesso ao espaço urbano. Compreendida enquanto, estratégia de enfrentamento e resistência às expressões da questão social, permite fomentar o controle social e viabilizar de maneira concreta e palpável aos sujeitos, a participação nos referentes processos emancipatórios com vistas à autonomia e protagonismo. Dessa forma, abordaremos no presente texto, a intervenção dos/das assistentes sociais nas organizações comunitárias e mobilizações populares por direito a permanência e moradia nos grandes centros urbanos, relativas às experiências vivenciadas na comunidade do Cristal na cidade de Porto Alegre/RS.

Palavras-Chave: participação, mobilização popular e habitação.

1 INTRODUÇÃO

O processo de industrialização brasileiro no século XX promoveu o crescimento desordenado dos grandes centros urbanos, passando a receber inúmeros trabalhadores que deixavam áreas rurais em busca de melhores condições de trabalho e renda. A falta de políticas públicas destinadas à área da habitação proporcionaram profundas consequências ao meio urbano, impactando diretamente o acesso da classe trabalhadora à moradia, na mesma proporção em que favoreceu a ávida especulação imobiliária, excluindo para as regiões periféricas um expressivo contingente populacional.

Tal fato ainda permanece presente no cotidiano de milhões de brasileiros que se veem obrigados a residir em locais insalubres e impróprios, corroborando diretamente com os processos de adoecimento vivenciados pelos usuários. Os assistentes sociais residentes em Saúde Coletiva na comunidade do Cristal encontram-se imersos nesta realidade conflituosa, pois ao mesmo tempo em que operam suas ações na perspectiva de acesso a direitos se veem confrontados pela lógica capitalista de acumulação e concentração de renda, esta por sua vez, diretamente alinhada à especulação imobiliária.

¹ juanitapucrs@gmail.com – Residente em Saúde Coletiva pela UFRGS.

² nani.elaine24@hotmail.com – Assistente Social no município de Rio Pardo/RS.



Neste sentido, os assistentes sociais em consonância com seu projeto profissional precisam encontrar estratégias de enfrentamento a realidades como estas, reconhecendo na mobilização e participação popular um meio primordial para a viabilização e efetivação de direitos. Sendo assim, tais estratégias foram usadas para o desenvolvimento de ações com a população usuária, ressaltando a dimensão socioeducativa da profissão na construção de processos emancipatórios que viabilizam não apenas o exercício da cidadania como favorecem o protagonismo e autonomia dos sujeitos nas transformações da própria realidade.

Dessa forma, abordaremos as experiências vivenciadas na cidade de Porto Alegre/RS, fazendo um recorte específico à comunidade do Cristal que vivencia a mais de dez anos os impactos do Programa Integrado Socioambiental (PISA). Neste sentido, convém ressaltar a organização da comunidade quanto à luta referente pelo direito à moradia e pleno acesso e permanência no espaço urbano, mostrando a resistência como estratégia fundamental no enfrentamento das expressões da questão social e gestão da coisa pública.

2 AS IMPLICAÇÕES DO PROGRAMA INTEGRADO SOCIOAMBIENTAL NA COMUNIDADE DO CRISTAL

Atualmente a cidade de Porto Alegre estima um contingente populacional de 1.481.019 habitantes³, deste número, 29.095 pessoas residem no bairro Cristal. Conforme dados levantados pelo Programa Integrado Socioambiental (PISA)⁴, 10.034 cidadãos moram em condições precárias e 33,5% habitam áreas irregulares. Nestes locais, encontramos pessoas das mais diferentes idades que materializam a disparidade existente entre a riqueza socialmente produzida e sua concentração, mostrando claramente, nos atendimentos realizados nas unidades de saúde, a incidência dos determinantes sociais nas condições de vida e saúde da população usuária.

Compreendendo a realidade como processo em constante movimento e seus impactos na dinâmica social, política e econômica dos territórios, ressaltamos o crescimento expressivo de cidadãos que passaram a habitar nos locais atendidos pelo PISA e a disparidade no montante de imóveis cadastrados pelo programa, contabilizando um aumento de 1364 em 2002 para 1585 em 2007 e conseqüentemente o total de famílias, saltando de 1.517 em 2002 para 1.679 em 2007:

³ Conforme dados publicados pelo IBGE (2010).

⁴ O Programa Integrado Socioambiental - PISA tem como finalidade melhorar a situação socioeconômica da população de Porto Alegre e como propósito específico, melhorar suas condições ambientais. [...] A implantação e operação do PISA - Programa Integrado Socioambiental de Porto Alegre - Projeto BRL1081 - deverá propiciar um efeito global positivo, manifesto na elevação da qualidade de vida de toda sociedade porto-alegrense, em função das melhorias que introduzirá no sistema de saneamento e controle de cheias. (POA, 2007)



NÚMERO DE IMÓVEIS AFETADOS – ano 2007

Nº	ITEM	Vila Foz Cavalhada	Vila Icarai Irmã Ermelinda	Vila Icarai II	Vila Hípica	Vila Campos Velho	Vila Nossa Senhora das Graças		Vila Barbosa Neto	TOTAL
							Angelo Corso	N. S. Graças		
CONTROLE										
1	Existia no mapa base da contagem e continua existindo	200	348	197	35	32	49	518	21	1.400
2	Foi inserido (não existia no mapa base de contagem)	27	21	61	0	0	30	32	20	191
3	Imóvel demolido ou não encontrado	0	1	0	0	5	0	0	0	6
TOTAL										1.585

Fonte: PISA – Programa Integrado Socioambiental (2007, p. 06)

NÚMERO DE FAMÍLIAS AFETADAS – ano 2007

Nº	ITEM	Vila Foz Cavalhada	Vila Icarai Irmã Ermelinda	Vila Icarai II	Vila Hípica	Vila Campos Velho	Vila Nossa Senhora das Graças		Vila Barbosa Neto	TOTAL
							Angelo Corso	N. S. Graças		
NÚMERO DE FAMÍLIAS										
1	Família Mononucleada	218	344	242	35	25	77	519	36	1.496
2	Família Expandida – 2 núcleos	18	48	30	0	0	4	52	10	162
3	Família Expandida – 3 núcleos	0	0	3	0	6	0	12	0	21
4	Família Expandida – 4 ou + núcleos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL										1.679

Fonte: PISA – Programa Integrado Socioambiental (2007, p. 07)

Estes dados quantificam não apenas o aumento no número de beneficiários do programa, como também materializam a precariedade do acesso a bens e serviços básicos como saúde, educação, trabalho, renda, alimentação, segurança e saneamento básico na região do Cristal. Percebemos o presente impacto através da precarização dos serviços que, conseqüentemente não acompanham esse crescimento populacional e continuam a exercer suas atividades com equipes mínimas ou com número reduzido de agentes. Levando em consideração o conceito ampliado de saúde, a luta por moradia digna impacta tanto cidadãos como prestadores de serviços, pois o que temos visto no cotidiano profissional mostra a



relação intrínseca entre os determinantes sociais⁵ e os impactos na condição de saúde daqueles que dependem exclusivamente dos serviços ofertados pelo poder público. Vislumbrar o desmonte dos direitos sociais sendo vivenciados cotidianamente em realidades tão adversas, mostra sua face mais tentadora versando concomitantemente entre rebeldia e resistência.

Contando com um projeto profissional que nos permite e incita diariamente a ultrapassagem de fenômenos aparentes, nos atentamos a observar o *território usado*, ou seja, o espaço geográfico cujas interações se materializam mediante ações em rede (SANTOS, 1996). Dessa forma, a vida vivida e pulsante existente em cada beco, viela e residência, a forma como se relacionam, habitam e sobrevivem as mais adversas necessidades nos fazem desvelar a interface existente entre um território vinculado à dimensão política, cultural e econômica a um território demarcado por muros “invisíveis” que insistem em corroborar com a exclusão social e o pleno acesso à cidade. Neste sentido, evidenciamos que

[...] a profissão é interpelada e desafiada pela necessidade de construir mediações políticas e ideológicas expressas sobretudo por ações de resistência e de alianças estratégicas no jogo da política em suas múltiplas dimensões, por dentro dos espaços institucionais e especialmente no contexto das lutas sociais. Isso porque, como sabemos, questão social é luta, é disputa pela riqueza socialmente construída. (YAZBEK, 2014, p. 686)

Dessa forma, ao convergir essas “necessidades” visíveis da realidade cotidiana, e aqui vale ressaltar todos os atores envolvidos, conseguimos mediar tanto às demandas da população usuária, quanto as necessidades da unidade de saúde, contemplando de maneira sinérgica entre si os objetivos da Residência Multiprofissional⁶ em Saúde Coletiva. Neste cenário caótico em que se encontra o município de Porto Alegre/RS aliado a uma gestão claramente vinculada à iniciativa privada de cunho higienista e avesso a perspectiva do acesso à bens e serviços como direito, encontramos cidadãos que não estão aquém ou passivos a essa perversidade. Apesar dos inúmeros “embustes” materializados pela falta de informação e acesso ao desenvolvimento das ações do programa, encontramos, nos diferentes espaços, cidadãos e profissionais que exigem um processo transparente e resolutivo. A questão da habitação no Cristal está mais viva do que nunca. Mesmo com toda

⁵A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre ambos, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso a bens e serviços essenciais, os níveis de saúde da população expressão a organização social e econômica do país. (BRASIL, 1990)

⁶A Residência Multiprofissional constitui-se numa modalidade de formação pós-graduada lato sensu, desenvolvidas em serviços do SUS, sob supervisão técnico-profissional. (CLOSS, 2010, p. 39)



desmobilização conscientemente planejada pela oferta do Aluguel Social⁷ e Bônus Moradia⁸ e a população que se recusa a sair do território de origem e migrar para municípios cuja estrutura não contempla as necessidades básicas de organização e proteção social se faz presente em cada entrevista, reunião e assembleia. Compreendendo como matéria-prima e inerente ao Serviço Social, nos engajamos nesta luta com o propósito de fortalecer, mobilizar e participar da construção coletiva desses processos, que além de emancipatórios, tornam-se veículos de luta pelo acesso a direitos historicamente negados. Conforme Santos (2011):

[...] ao assumir seu compromisso com uma ação profissional voltada para a defesa de direitos sociais, equidade e justiça social, comprometida com a luta pela consolidação da cidadania e da democracia, que incentive a organização da população – em consonância com o projeto ético-político profissional – pode contribuir para o fortalecimento de uma consciência revolucionária e de uma materialidade de ampliação da cidadania que, em última instância, colide com a lógica do Capital. (SANTOS, 2011, p. 49)

Sendo assim, nossas atividades de mobilização e participação popular estão diretamente vinculadas à perspectiva de acesso a direitos, buscando promover e construir junto à população usuária estratégias de enfrentamento às expressões da questão social, assim como o fortalecimento da autonomia e protagonismo dos sujeitos. Não queremos com isso conceber julgamentos ou apresentar “receitas prontas”, mas sim, evidenciar concretamente as possibilidades de intervenção que se apresentam nos diferentes espaços em que se inserem os/as assistentes sociais. Sobretudo vale ressaltar a coesão entre as dimensões da competência profissional como componente indispensável para a superação da pseudoconcreticidade⁹, proporcionando aos profissionais e usuários a capacidade de desvelamento do real e o exercício de uma práxis revolucionária.

3 A DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

As ações que realizamos nos permitem vislumbrar a materialização do caráter socioeducativo da profissão e permitem “estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública” (IAMAMOTO, 2009, p. 361). Dessa forma, além da luta por acesso e garantia de direitos, percebemos mudanças

⁷ Sobre o aluguel social, o município de Porto Alegre/RS consta com legislação específica conforma a Instrução Normativa DEMHAB Nº 2 DE 05/09/2016.

⁸ Lei N 10.443, de 23 de maio de 2008 que institui o Bônus-Moradia para a execução do Programa Integrado Socioambiental – PISA – e dá outras providências.

⁹ O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida humana, que, com sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural, constitui o mundo da pseudoconcreticidade. (KOSIK, 1995, p.15)



nas relações estabelecidas com os usuários, os vínculos pactuados com profissionais e equipamentos disponíveis no território e a forma como tais processos promovem possibilidades de transformação e participação social na gestão de interesses públicos. Nessa perspectiva ressaltamos que

A cidadania não é dada aos indivíduos de uma vez para sempre, não é algo que vem de cima para baixo, mas é resultado de uma luta permanente, travada quase sempre a partir de baixo, das classes subalternas, implicando assim um processo histórico de longa duração. (COUTINHO, 1999, p. 42)

As respostas ofertadas pela gestão às necessidades apresentadas a população residente da comunidade do Cristal são permeados por inúmeras contradições. Além das lutas travadas no cotidiano comum a todos os usuários (e aqui referimos à vida vivida no território), vemos diariamente o despreço que a prefeitura municipal demonstra a estes cidadãos. Temos acompanhado os beneficiários de aluguel social¹⁰ vivendo assombrados por constantes ameaças de despejo, famílias sendo obrigadas a encontrar residência compatível com o valor estabelecido pelo Bônus Moradia¹¹, sem contar naquelas que em busca de informação nada encontram e retornam a seus lares sem respostas as suas indagações. Como vemos, não aparenta ser prioridade da gestão municipal cumprir com os acordos deliberados pela comunidade quanto às obras do PISA, tão pouco apresenta alternativas de moradia para as famílias que desejam permanecer no território. Os sujeitos parecem invisíveis a esta gestão. A valorização dos imóveis inviabiliza a permanência nos arredores da comunidade. O aumento no custo de vida determina o local destinado para a habitação compatível a condição socioeconômica dos cidadãos. Os vínculos comunitários são rompidos e o pertencimento a dado território são roubados. Nestas condições a moradia não está atrelada ao direito, mas sim a possibilidade individual e “meritocrática” de compra. Como podemos resistir a esses ataques coordenados que fragmentam e desmotivam a luta pela permanência no território? Como construir alternativas de enfrentamento que possam de fato viabilizar a efetivação de direitos? Como, na atual conjuntura brasileira, podemos construir unidades populares de coesão, conscientes da violação de direitos a qual estão submetidos?

Evidentemente este cenário caótico nos conclama a uma práxis revolucionária não permitindo passividade ou submissão. Com isso, vamos adentrando gradativamente aos lares, ruas e vielas, democratizando informações e fazendo o pleno uso da tão bem conhecida “relativa autonomia” (IAMAMOTO, 2015), pois, cada atendimento, entrevista e visita domiciliar

¹⁰Algumas famílias beneficiadas pelo aluguel social não estão recebendo o valor devido as auditorias solicitadas pela nova gestão.

¹¹Atualmente o Bônus-Moradia está em torno de 52 mil reais.



tornam-se instrumentos de fomento, como engrenagens em potencial convergindo em sintonia. Os profissionais precisam fortalecer os espaços e organizações sociais de luta e resistência bem como fazer-se presente nas negociações e representações da sociedade civil. Os inúmeros ataques sofridos pela classe trabalhadora não podem cair no esquecimento tão pouco imobilizar política e ideologicamente a luta de classes. Temos o dever ético de lutar e a obrigação moral de resistir, a conciliação é uma velha roupagem que não nos cabe.

Dessa forma, viemos operando com objetivos que nos direcionam para além das necessidades evidentes, operamos com o intuito de construir coletivamente processos emancipatórios, com vistas à emancipação política dos sujeitos. Não queremos soldados, tão pouco massificar a luta em prol de objetivos mesquinhos e individuais. Queremos sim, evidenciar que outras formas de sociabilidade são possíveis, que a gestão popular e democrática é uma alternativa a superação do aparato burguês de “conciliação” entre classes. Com este horizonte buscamos a construção de novas possibilidades e tornamos audível a voz que resiste, mostrando que o direito a cidade supera a lógica econômica e a estratificação social.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise profunda do real, sob a perspectiva de transpor a pseudoconcreticidade, apresenta de forma clara a necessária luta diária para o fortalecimento e efetivação dos direitos com vistas à construção de uma nova ordem societária. Os entraves impostos pelo modo de produção capitalista e a expansão do ideário neoliberal na conjuntura nacional e internacional determinam os rumos da sociedade, bem como da saúde pública brasileira, valorizando a supremacia do mercado como regulador das relações sociais. Verificar o quanto nossas ações impactam diretamente a vida dos usuários nos faz compreender com nitidez o compromisso que temos com as pessoas. Sair da inércia deixa de ser possibilidade e torna-se dever. Das muitas vivências, escutas e dissabores que enfrentamos na maioria dos espaços sócio ocupacionais, claramente verificamos o que não gostaríamos de reproduzir. Quando percebemos o outro como cidadão de direito, não nos é permitido banalizar suas solicitações e queixas.

Neste sentido, fortalecer os processos de mobilização e participação popular no cotidiano profissional dos/das assistentes sociais demonstra-se indispensável para a projeção e construção de novos patamares de sociabilidade humana. O protagonismo vivenciado pelos sujeitos exige aperfeiçoamento. As estratégias precisam ser coletivizadas.



Ao apreender as minúcias do real, nos posicionamos frente às desigualdades e injustiças sociais, efetivando na prática todas as “utopias” possíveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 8080/90. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e funcionamento dos serviços e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8080.htm> Acesso em 09/07/2017.

CLOSS, Thaisa Teixeira. **O Serviço Social nas residências multiprofissionais em saúde na atenção básica: formação para a integralidade?** Disponível para consulta em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/473/1/426179.pdf>> Acesso em 15/06/2017.

COUTINHO, Carlos Nelson. **CIDADANIA E MODERNIDADE**. Perspectivas. São Paulo, 22: 41-59, 1999. Disponível para consulta em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/2087/1709>> Acesso em 23/06/2017.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

_____. Os espaços socio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)/ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro. 4ª Ed. Paz e Terra, 1986.

PORTO ALEGRE. Plano de Reassentamento Involuntário de Famílias e Atividades Econômicas. Porto Alegre, 2007.

_____. Lei n. 10443 – Institui o bônus moradia. Porto Alegre, 2008

_____. Departamento Municipal de Habitação. Plano Municipal de Habitação de Interesse Social. Porto Alegre, 2009

SANTOS, C. M. **Na Prática a Teoria é Outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Editora LumenJuris, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014 Disponível para consulta em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/05.pdf>> Acesso em 27/06/2017.